

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro,
realizada em 17 de Dezembro de 2020**

Aos dezassete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte, no Edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Paulo Alexandre Vieira e Sousa, Ana Genoveva da Silva Araújo e Luís António de Sousa Teixeira. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. ---

Ao iniciar esta reunião o senhor Presidente deu conta aos senhores vereadores da ausência, do senhor Paulo Antunes, que secretaria as reuniões do Executivo, sendo este substituído, pelo senhor Avelino Soares, adjunto da presidência. -----

Continuando, o senhor Presidente prestou a informação que lhe foi solicitada na última reunião, pelo senhor Vereador Paulo Sousa, relativamente à obra da Raia Termal e em concreto sobre as plataformas que estão a ser construídas sobre o rio Gerês. Assim, esclareceu o senhor Vereador que, como seria de esperar, todo aquele processo está instruído com os pareceres necessários, incluindo o da APA. Tendo perguntado ao senhor Vereador se pretendia mais algum esclarecimento, este respondeu que não.-----

Seguidamente, o senhor Presidente colocou as atas das reuniões de 23 de Novembro (ata nº 24) e de 3 de Dezembro (ata nº 25) à consideração dos senhores vereadores.-----

Não tendo havido qualquer reparo, o senhor Presidente colocou as atas à votação, separadamente, tendo sido aprovadas por UNANIMIDADE.-----

No período “antes da ordem do dia” o senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento aos senhores vereadores que o senhor Engº Jerónimo, Chefe da DOM, viria a esta reunião prestar esclarecimentos sobre a trajetória do processo, conhecido pelo Campo do Bilinho no Gerês. -----

Logo após, informou os senhores vereadores das situações e atividades que decorreram e a decorrer no território concelhio. Assim, disse:-----

Que o nosso concelho está em situação de risco extremo, no que diz respeito à propagação da CORONAVÍRUS19, aguardando-se pelas regras que vão ser decretadas pelo Conselho de Ministros. Logo que surjam essas medidas, a população será de imediato informada.-----

Informou também os senhores vereadores que, no âmbito do compromisso público dos CTT de reabrir as lojas que haviam sido encerradas nas sedes de concelho, a empresa Correios de Portugal retomou a partir do dia catorze deste mês, a gestão total da dependência local dos Correios da Vila de Terras de Bouro.-----

O senhor Presidente lembrou que, “aquando do encerramento daquele Posto dos CTT, foi a Câmara, com os seus funcionários, que deu continuidade àqueles serviços, numa transição pacífica e tendo como único objetivo manter um serviço essencial para as populações”. Este processo “foi muito bem conduzido e sem alarido”, referiu, tendo feito um agradecimento aos funcionários do Município que ali prestaram serviço.-----

Ainda no âmbito das atividades, informou sobre um Curso de Formação de Conduzir e Operar com trator em segurança. Esta formação destina-se a agricultores, operadores e trabalhadores agrícolas. A obrigatoriedade desta ação, criada por decreto-lei publicado no final de 2017, visa prevenir acidentes com máquinas agrícolas, sendo constituída por cinquenta horas, em horário misto, em parceria com a CONFAGRI e homologada pela DGADR.-----

Deu também conhecimento da intervenção que está a ser feita nalguns trilhos, procedendo-se à limpeza e remarcação dos mesmos.-----

Finalmente colocou à consideração dos senhores vereadores a possibilidade de ser concedida tolerância de ponto nos dias 24 e 31 de dezembro, aos trabalhadores do Município, mantendo assim a tradição do que já era feito nos anos transatos.-----

O senhor Vereador Paulo Sousa manifestou concordância tendo afirmado “sem problema”.-----

O senhor Vereador Luís Teixeira alinhou no mesmo sentido.-----

Assim sendo, o senhor Presidente pediu aos senhores vereadores para que a reunião do Executivo do dia 31 de dezembro seja antecipada para o dia 30, o que mereceu a concordância dos mesmos.-----

O senhor Presidente, antes de dar a palavra ao senhor Engº Jerónimo, quis “desejar um Santo e Feliz Natal aos membros do Executivo”.-----

Prosseguindo, fez então o enquadramento de toda a problemática relacionada com o “Campo do Bilinho” área de terreno que fica junto ao rio Gerês, confinante com a rua Miguel Torga, dizendo que “é um espaço que está por aproveitar e que, dada a sua localização tem todo o interesse para o Município” contudo e atendendo ao “valor que já há muito vem sendo falado, o melhor será chegar a um acordo com os proprietários” para que aquele espaço seja requalificado a contento das partes.-----

Deu então a palavra ao senhor Eng^o Jerónimo que, depois de um pequeno introito, passou a apresentar um relatório/memorando dos mais de vinte anos de avanços e recuos de um processo que nunca chegou a ser materializado.-----

No essencial transmitiu ao Executivo que:-----

- 1- Houve uma reunião com os atuais proprietários do “Campo do Bilinho” senhor Artur Brás e a empresa CLYES, no sentido de ser alinhada uma estratégia conjunta que, servindo as partes, possa definitivamente resolver e dar melhor aproveitamento àquela área de Terreno.-----
- 2- A Câmara assumiu compromissos com os proprietários para dar viabilidade construtiva para três lotes, com dois pisos para habitação, um piso para comércio e uma cave para estacionamento.-----
- 3- A responsabilidade da Câmara seria a de executar as infraestruturas e muro de suporte à rua Miguel Torga.-----
- 4- Não sabe se isto do loteamento foi deliberado/aprovado pelo Executivo Municipal.-----
- 5- O que é facto, é que os três lotes têm viabilidade construtiva e que um proprietário, Serafim Antunes, chegou a dar início ao processo, mas não lhe deu continuidade.-----
- 6- O lote um, seria do senhor Brás e os lotes dois e três da Empresa CLYES.-----
- 7- O Município ainda não executou as obras das infraestruturas.-----
- 8- Os compromissos urbanísticos não tiveram seguimento.-----
- 9- Esses edifícios, atualmente, ultrapassam o índice construtivo permitido pelo PDM.-----
- 10- A Câmara não pode dar viabilidade construtiva de um compromisso que assumiu há vinte anos.-----
- 11- A proposta de resolução/solução, passará por:-----
 - a- Deslocar a construção para uma posição frontal e não lateral ao terreno.-----
 - b- Edifícios sobre-elevados do piso com passagem inferior para permitir o uso e fruição da margem fronteira ao rio Gerês.-----
 - c- A “praça” ficaria ao encargo do Município.-----
 - d- Os três edifícios a construir seriam de quatro, destinados apenas a habitação.
- 12- A Câmara teria que ser ressarcida por criar melhores condições e maior edificação.-----

13- Para tal seria necessário elaborar um plano de pormenor e um contrato para definir as regras com os construtores imobiliários.-----

14- Neste momento o senhor Presidente entendeu solicitar aos promotores que venham apresentar uma minuta para conjugar com o anteriormente tratado.-----

Aqui o senhor Presidente tomou a palavra para esclarecer que “isto é apenas para colocar os senhores vereadores ao corrente do que foi tratado com os promotores. Logo que venha mais alguma informação, virá ao Executivo”.-----

O senhor Vereador Paulo Sousa tomou então a palavra e questionou o senhor Enj.º Jerónimo, perguntando se não há nenhum compromisso com os promotores.-----

O senhor Enj.º respondeu “que não há nenhum compromisso”-----

Referiu ainda que “o promotor do loteamento é o Município, mas as infraestruturas não foram executadas e por isso o processo não podia andar”. “Há uma cláusula de salvaguarda em que a Câmara se comprometeu a executar as infraestruturas e um muro de suporte acima das duas caves, limítrofe à rua Miguel Torga”. Mas a Câmara só o podia fazer esse muro, depois dos promotores avançarem com as obras. Este processo é de 2000-2001.-----

O senhor Vereador Paulo Sousa, depois de ouvir estas explicações, usou da palavra para dizer que “o promotor imobiliário é quem tem que proceder a toda urbanização” e questionou:- “Qual era o benefício para a Câmara assumir o projeto de loteamento?”-----

A esta pergunta o senhor Eng.º Jerónimo respondeu “porque a iniciativa era municipal”.-----

O senhor Vereador Paulo Sousa voltou a usar da palavra para perguntar “se aqueles terrenos não transitaram já para outros proprietários?”-----

O senhor Eng.º respondeu que sim, e que “essa venda foi suportada naquilo que a Câmara tinha assumido”.-----

Tomou então a palavra o senhor Presidente da Câmara para informar que “Câmara Municipal, nas reuniões que tem mantido com os promotores tem procurado ir no sentido de resolver, tudo isto, que lá atrás não foi cumprido.-----

O senhor Presidente voltou a intervir para reafirmar que “a Câmara está interessada em resolver este assunto, para avançar com a requalificação daquela zona ribeirinha e dar uma outra imagem a todo aquele espaço até à ETAR”.-----

De seguida o senhor Engº Jerónimo leu um documento de 1995 referindo um estudo de 1990 e a sua alteração para uma solução que parecia mais adequada e que passava por uma edificação de dois lotes. Esta solução proposta pelo Arq.º Luís Cabrita propunha a construção dos edifícios lateralmente ao terreno e de encosto à rua Miguel Torga. Este estudo foi enviado ao Executivo em 23 de Novembro de 1995.-----

O senhor Vereador Adelino Cunha usou da palavra, a propósito do que antecede e da dúvida que surgiu, se o Executivo aprovou ou não aquele processo, dizendo que “se o processo é interno não precisava de aprovação” e mais esclareceu “que o compromisso que foi assumido com os proprietários, não caduca”-----

O senhor Vereador Paulo Sousa pediu então a palavra para dizer “que este processo é antigo e o que existe é muito ténue, pois daí não decorreu qualquer ação concreta”.

Propôs que “seja colhido um parecer jurídico GAJ e perguntar ao Dr. Paulo Valente Monteiro se esse compromisso ainda está em vigor”.-----

O senhor Presidente interveio para responder que “essa reunião foi feita ainda com o senhor Engº Peixoto, e que os direitos dos promotores estão assegurados” tendo informado que “à data, o Dr Paulo Valente Monteiro afirmou que o compromisso se mantém”. Disse também que “numa perspetiva de acordo aquele terreno poderia atingir o valor de seiscentos a setecentos mil Euros e que se a Câmara fosse para um processo judicial de expropriação, poderia arrastar por muitos anos a decisão”.--

Informou ainda “que no início do mandato, isso foi ponderado, mas o melhor “negócio” seria o de ir ao encontro dos promotores e procurar o melhor entendimento”.-----

Concluindo, deu conta que “há cerca de um mês foi enviada à CLYES toda esta informação e se os senhores concordarem, ninguém ficará mal, e o projeto será submetido à Assembleia Municipal”. -----

O senhor Vereador Paulo Sousa, depois da explicação do senhor Presidente, reiterou o “pedido da informação ou parecer jurídico do Dr. Paulo Valente Monteiro, sobre este processo”.-----

O senhor Vereador Adelino Cunha, usou de novo da palavra para informar o Executivo que “a partir de determinada altura eles (promotores) já não queriam construir nada”, mas antes, “que a Câmara comprasse o terreno”.-----

Nesse sentido, o senhor Presidente informou “que os proprietários atuais, tinham feito uma proposta ao senhor Dr Joaquim Cracel (ex-presidente) para adquirir aquele terreno, mais o terreno da pedreira por seiscentos mil Euros”. Já com este Executivo, “em dois mil e dezoito, os proprietários vieram à Câmara propor a aquisição pelos seiscentos mil Euros”.-----

O senhor Vereador Luís Teixeira, usou da palavra, tendo dito que “ a Câmara nunca cumpriu porque também o interesse foi-se arrastando, por parte dos proprietários”---

O senhor Vereador Paulo Sousa voltou a tomar a palavra para dizer que “ o campo do Bilinho é uma peça nevrálgica para o Gerês, mas não há nada que tenha sido feito. O que é significativo é saber hoje, qual é o compromisso em relação aos atuais promotores”. “Pelos vistos, apenas há uma negociação, mas não vincula nada.”-----

O senhor Presidente, respondeu ao senhor Vereador, afirmando que “os particulares têm direitos e a Câmara tem que fazer o que lhe compete”-----

O senhor Vereador Paulo Sousa respondeu ao senhor Presidente dizendo que “todo o proprietário tem direitos, mas que é preciso que apresentem na Câmara o que pretendem”-----

Terminado este assunto, o senhor Presidente quis abordar o ponto décimo quinto da Ordem de Trabalhos em que o senhor Vereador Paulo Sousa faz a proposta do grupo de cidadão eleitores Terras de Bouro o Nosso Partido para implementação de medidas de apoio à economia local.-----

Assim, propôs que este assunto transitasse à primeira reunião do próximo ano porque “nas atuais circunstâncias de restrições e época do ano, não faz grande sentido”-----

Pediu por isso “ que esta proposta seja retirada da Ordem de Trabalhos”-----

O senhor Vereador Paulo Sousa disse que “a proposta é para manter”.-----

O senhor Presidente respondeu ao senhor Vereador, concordando que “a proposta é para manter, exatamente com o mesmo nome, mas poderia ser melhorada e implementada em altura diferente do ano”-----

Mais disse o senhor Presidente que “por essa proposta o Dr.Paulo pretendia absorver o dinheiro não gasto com as festas concelhias, mas o dinheiro das festas concelhias, feira do S. Martinho etc. foram canalizados para as IPSS e de apoio a situações surgidas com a pandemia e também foi gasto nas redes de água e saneamento”-----

Mas sim, afirmou o senhor Presidente, “esta proposta pode ser melhorada e mantida”, propondo que “a partir de sete de janeiro, seja discutida novamente esta proposta”.-----

O senhor Vereadora Paulo sousa deu então o seu aval, dizendo que “ concordo com a retirada do décimo quinto ponto da Ordem de Trabalhos e que volte a ser apresentada no dia catorze de janeiro de dois mil e vinte e um”.-----

Ainda antes da Ordem do Dia o senhor Vereador Paulo Sousa pediu os seguintes esclarecimentos:-----

1- Relativamente “às faturas da água “há reclamações dos munícipes. O que se passa?”-----

O senhor Presidente esclareceu que “naquele período de confinamento as leituras da água ficaram atrasadas e a empresa que gera os recibos trabalhou na base de estimativas. Os funcionários vão fazer um apanhado de leituras desde março para cá e irá ser feito o acerto que se verificar, quanto a eventual cobrança desajustada. Houve um problema na faturação, sim senhor, mas vai ser resolvido”-----

2- “Na última reunião foram aprovados vários apoios de ação social e há um beneficiário que apresentava uma mais valia de vinte e cinco mil Euros. Pode haver erro no relatório social”.-----

O senhor Presidente disse ao senhor Vereador que “pode ter havido erro e que isso iria ser averiguado”-----

- 3- O senhor Vereador referiu-se ao Posto dos CTT de Moimenta que reabriu, no dia catorze de dezembro, voltando à responsabilidade da Empresa Correios de Portugal “dando os parabéns àqueles que tiveram a iniciativa de lutar contra a decisão de fechar”.-----
“Há muitos anos está protocolado que as sedes dos concelhos tinham que ter uma loja CTT. A Câmara na altura aceitou o encerramento, enquanto que outras câmaras foram para o tribunal. Assim, o encargo foi assumido pela Câmara”-----

O senhor Vereador Adelino Cunha refutou que “isso não é verdade, porque Mondim de Basto, por exemplo, foi para a televisão e reclamou e mesmo assim o posto dos CTT de Mondim de Basto fechou.-----

O senhor Presidente respondendo ao senhor Vereador disse que “a Câmara Municipal bateu o pé, não fez política barata e a preocupação, desde o início foi defender o interesse das populações. E foi isso que a Câmara fez.”-----

Seguidamente o senhor Vereador Paulo Sousa desejou um Bom Natal aos membros do Executivo.-----

O Senhor Vereador Luís Teixeira, também tomou a palavra para desejar Bom Natal-----

Sendo onze horas e cinquenta e cinco minutos e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----